

## Para uma melhor compreensão de Alfredo Pimenta

Um dos pontos atacados por muitos (e foram muitas as «raivas» suscitadas pelo seu desassombro, honestidade e coragem na afirmação das suas convicções políticas) foi o abandono consciente do anarquismo e a sua «conversão» ao tradicionalismo nacional cujo expoente máximo se situa, como se sabe, na instituição monárquica.

Mesmo depois da subida ao Trono da Princesa do Grão Pará, filha do Imperador do Brasil D. Pedro I, a nossa D. Maria II, Rainha de facto e não *de jure*, e durante os reinados que se seguiram, sempre o Soberano foi para o povo rei legítimo, no significado do termo e não como sinónimo de «absoluto», designação eivada de atributos falsos que a propaganda emanada do Triângulo usara e usava. Mais que a organização municipalista de tradição romana, mais que as Cortes, a consciência cristã e católica dos Soberanos portugueses neles limitou arbitrários desregramentos. Nunca houve em Portugal, nem se concebe que pudesse haver, um Ricardo III ou um Henrique VIII, mesmo sem a Magna Carta.

Rei foi entre nós sinónimo de Pai. O «AQUI D'EL-REI!» ainda era usado pelo povo há sessenta anos, nos Açores (e possivelmente — não tenho dados para o afirmar — em remotas paragens do Continente). Independentemente do seu significado como expressão, tal como as crianças gritam pelo pai e muito velho, no preâmbulo da morte, chama pela mãe, é o apelo a quem tem por obrigação divina (aqui volta o exemplo dos progenitores) a protecção.

Depois do advento da República, muito especialmente em Lisboa, a secular invocação foi substituída pelo conhecido «Ó DA GUARDA!» a que acudiam, pressurosos e iracundos, os chanfalhos do Carmo. Só que para muitos, por impossível que pareça nesta época de mais gimnasticados cérebros, este «Guarda» era a cidade dos Montes Herminios famosa pelos seus queijos amanteigados

e cobertores de papa, e o «Ó da» era um misterioso serrano, espécie de Robin dos Bosques, de Amadis de Gaula ou de José do Telhado protector e acudidor de fracos e desvalidos, dele dependendo a vinda de auxílio. No absurdo desta crença está implícito o Maravilhoso, tão do agrado dos Portugueses.

Não há necessidade hoje de bradar por auxílio nem os brados seriam audíveis no barulho lisboeta. O 115 resolve pronta e eficientemente o assunto. Ele (o 115) ainda assim tem qualquer coisa de sobrenatural apaziguador de receios.

No fundo, a tradição da do Rex.

Alfredo Pimenta teve a coragem de ir ao reencontro da força ancestral que ainda hoje domina o nosso povo, embora se possa julgar o contrário. Mais que a propaganda eleitoralista, mais que o apoio ocasional (no sentido de oportuno) de Partidos de ideologias totalitárias, mascarados de defensores do Povo e da Democracia, mais que as qualidades encontradas ou entrevisíveis no Candidato, o que reelegeu o General Ramalho Eanes foi a força ancestral da tradição. Tão certo é isto que, na actual Constituição, (escrevo em Março de 1982) não é permitida mais que uma vez a reeleição do Presidente da República. No intento do legislador está patente evitar a continuação no poder do Chefe de Estado e essa foi a única maneira de impedir a sua reeleição sucessiva, medida legalmente democrática, por aprovada pela Assembleia da República, mas não «democrática» no sentido semântico do termo.

Estou capacitado de que se tivesse sido possível fazer um honesto plebiscito, nunca teria vingado o chamado Liberalismo e a consequente Monarquia Constitucional, ambos impostos pela força em nome do bem do Povo.

Igualmente, não obstante o descalabro a que levou a administração dos partidos e a utilização malévola da liberdade da Imprensa por parte de elementos hostis ao regime, ainda assim a Monarquia, de igual maneira, teria saído vitoriosa e fortalecida num plebiscito de todos os Portugueses, desde que, é óbvio, fosse honesto.

A D. Manuel II não teria acontecido, estou certo, o que aconteceu a Afonso XIII não obstante seu estofado de grande Rei e de extraordinário diplomata, para mim o maior Monarca espanhol depois (cronologicamente) de Filipe II. Contra ele teve, mais que a experiência republicana do país, a não completa inter-assimilação dos ex-estados que constituíam o reino.

Em Portugal isso não se deu. O título de Rei dos Algarves era simplesmente honorífico uma vez que nunca foi reino cristão independente, ou pelo menos autónomo. Do domínio maometano passou logo para a Coroa portuguesa.

Contra a Monarquia houve, sim, a propaganda capciosa dos republicanos, o recurso à aleivosia e à calúnia e, não raras vezes, à difamação. Próceres da República incarnados em Teófilo Braga, azedo e complexado, não teriam nele vantagem sobre D. Manuel II com séculos de prestígio de bem servir o Povo, esse mesmo povo que servia de escadote para as suas ambiçõesinhas pequeno-burguesas, para as suas raivasinhas anti-clericais e sobre o qual, secretamente, perfilhavam a conhecida opinião de Voltaire...

Alfredo Pimenta reconheceu tudo o que acima digo, sentiu no cerne de genuíno *Quercus lusitanus* a desgraça que minava os alicerces da Pátria ao serviço de secretas forças desagregadoras, e esse reconhecimento (no sentido de auto-descoberta) foi nele a sua estrada de Damasco. Como S. Paulo, depois da Revelação, depôs a espada e encetou a senda em direcção à Verdade, que é Amor (*Caritas*) e Justiça.

É preciso coragem, muita coragem para fazer isso. É preciso ultrapassar conceitos tidos como certos, prescindir de comodidades, abdicar de antigas honrarias, arrostar com a incompreensão de correligionários e com a desconfiança dos pretorianos. É preciso deixar de ser Centurião de César e ser-se Apóstolo, deixar de ser *Magister* para vestir a toga de Advogado de Causas Perdidas com a certeza de que a Causa será ganha em vida ou pelos vindouros, mau grado os denegridores, os que desencorajam e os que minam as pontes, os que poderiam dar apoio e o não dão, que se afundam em poltronas e comodidades que só servem *ad effeminandos animos*, como se diz no DE BELLO GALICO, que amontoam o dinheiro e nele perecem sufocados, que nas delícias de Babilónia se negam a ouvir a voz do Profeta, que inconscientemente participam no festim de Baltasar, que criminosamente encolhem os ombros e citam a célebre frase atribuída ao Rei Sol «Aprés moi, le Déluge!», que em vernáculo hodierno seria «Depois de mim, que se lixem!»

Alfredo Pimenta não teve o acolhimento a que tinha jús. Despeitos, incompreensões e até a inveja que se instala no coração humano como certas lagartas no interior dos pomos, contribuíram para isso.

A morte de D. Manuel desfez a esperança periclitante dos monárquicos numa possível restauração da Coroa portuguesa.

Mas a Monarquia não é regime dependente, na sua duração, de um homem, mesmo que seja génio esclarecido ou determinado Rei. É uma instituição na qual Portugal se formou, viveu 740 anos e foi grande.

*Rei morto, Rei posto!* Nada se fez! A Hora não chegara. O *slogan* do então contemporâneo Getúlio Vargas parece que norteava secretamente os meandros onde vagueava a esperança da restauração monárquica: «DEIXA ESTAR COMO ESTÁ PARA VER COMO FICA».

*Luis Ribeiro Sêca*